

# O CESARISMO NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

JOSÉ GUIDA NETO<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo procura demonstrar de que modo, durante o Primeiro Reinado do Império do Brasil (1822-1831), Pedro I, alcunhado o Libertador e fundador do Império, influenciado por sua educação clássica, cunhou no recém-fundado Estado brasileiro características do Império Romano inspiradas em Júlio César, que, embora não tenha chegado a se tornar imperador de Roma, articulou um modelo de monarquia imperial que inspirou soberanos europeus por dois milênios.

**Palavras-chave:** Primeiro Reinado; César; Dom Pedro I; Cesarismo.

## ABSTRACT

This article shows how, during the First Empire of the Empire of Brazil (1822/1831), Pedro I, nicknamed the Liberator and founder of the Empire, influenced by his classical education, coined the newly established Brazilian state characteristics Roman empire inspired by Julius Caesar, who, though not come to become emperor of Rome, an imperial monarchy articulated model that inspired European sovereigns for two millennia.

**Keywords:** First Empire; Caesar; Dom Pedro I; Caesarism.

---

<sup>1</sup> Advogado; graduado em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; mestre em Filosofia do Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba; doutorando em Filosofia do Direito na PUC/SP, sob orientação do Prof. Dr. Cláudio De Cicco, com bolsa da CAPES; membro da União dos Romanistas Brasileiros – VRBS; coordenador do curso de Direito da Faculdade Integral Cantareira; professor de História do Direito, Filosofia do Direito e de Direito Romano (FD/FIC e FD/FAPAN).

## O CESARISMO NA FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

### 1. O CESARISMO

O que aqui se convencionou chamar de Cesarismo é o culto à personalidade de Júlio César (nascido em julho de 100 a.C., Roma, Itália e assassinado em 15 de março de 44 a.C., Roma, Itália).

O interesse deste autor no tema foi despertado por ocasião da pesquisa para a redação da tese de doutorado *ULPIANO E O ESTOICISMO NO DIREITO ROMANO DO PRINCIPADO* (PUC/SP – 2012), na qual foi necessário estudar o legado de Júlio César para entender as transformações políticas que levaram Roma a passar de um Regime Republicano de quase de 500 anos (509 a.C. – 27 a.C.) para um Governo Imperial.

Na supramencionada tese, discorre-se sobre o cesarismo através dos tempos a partir do magnicídio de Júlio César, que foi assassinado em pleno Senado Romano, em 15 de março de 44 a.C. No entanto, para não desviar do tema da pesquisa do doutorado, não se abordou o cesarismo de Dom Pedro I do Brasil. Isso posto, transcreve-se aqui um breve recorte da tese, no qual cronologicamente se faz um inventário do cesarismo para, em seguida, demonstrar seus reflexos no Primeiro Reinado do Brasil Império.

Parte-se do magnicídio, pois a morte de César gerou, em um primeiro momento, confusão e perplexidade e, ao mesmo tempo, uma luta desenfreada pelo poder (CORNELL; MATTHEWS, 2005, p. 72).

Assim: “Era impossível que a república pudesse restabelecer-se (...) os conspiradores haviam planejado apenas a conspiração, mas não fizeram plano algum para sustentá-la” (MONTESQUIEU, 2002, p. 93).

O vácuo de poder que se instaurou em Roma fez com que os aliados de César, aproveitando seu legado mítico, chegassem ao poder usando as mesmas táticas políticas do recém-falecido mentor.

Foi assim que, em 43 a.C., estabeleceu-se no governo de Roma uma associação de três herdeiros políticos de César, o Segundo Triunvirato, entre

Marco Antônio, Otávio e Lépido. O governo dos três cesaristas, que durou até 33 a.C., foi formalizado, tendo sido aprovado pela Assembleia do Povo e positivado pela *Lex Titia* com o nome de *Triumviri Rei Publicae Constituendae Consulari Potestate* (Triunviros para a Organização do Povo).

O impacto do magnicídio de Julio César é tão grande na cultura ocidental, que em alguns idiomas modernos existe até uma palavra para isso como Cesaricídio (italiano), Cæsarmörder (alemão).

Júlio César inspirou não só seus aliados de então, mas, através dos séculos, vários outros líderes autocráticos que criaram governos despóticos baseados no culto da personalidade e mantidos por uma autoridade militar além de, durante seus consulados e ditadura, empreender alterações na sociedade romana e em suas instituições que moldariam os séculos vindouros e permaneceriam para a posteridade.

O primeiro desses líderes foi, evidentemente, Otávio, que fora adotado por testamento pelo seu tio Júlio César e, ao chegar à monarquia, conservou as mudanças feitas por seu “pai”.

Vamos destacar algumas realizações de César, as quais atestam sua capacidade como estadista de grande envergadura (GIORDANI, 2002, p. 59).

O primeiro ato de César como cônsul foi uma medida que tornava público não só o relatório escrito dos atos do Senado, mas também as atas que davam conta dos trabalhos das assembleias populares (CANFORA, 2002, p. 99).

Ao investir-se nas atribuições do seu cargo, estabeleceu, antes de tudo, que se desse publicidade tanto aos atos do Senado, quanto aos do povo (SUETÔNIO, 2002, p. 30). Daí o termo ata, do latim *acta*, ou seja, feitos.

O professor Mário Curtis Giordani, na obra *História de Roma*, antes de falar das consequências da morte de Júlio César, faz um breve inventário dos seus empreendimentos, que sobreviveram a ele:

- 1) Promoveu uma legislação benéfica às classes menos favorecidas, limitando o luxo exagerado dos ricos e favorecendo os devedores; instituiu a distribuição gratuita de trigo; instalou milhares de famílias em terras da Camapânia e da Etrúria; fundou colônias na Sicília, na Espanha, na África, na província narbonense e no Oriente para os soldados desmobilizados; protegeu as famílias numerosas.
- 2) Através das novas colônias e da outorga de certos privilégios a cidades de regiões conquistadas, preparou o terreno para a completa romanização dos povos submetidos.
- 3) No terreno cultural, César tomou importantes medidas que revelam uma mentalidade arejada, onde o amor pela arte e pela ciência encontrava um campo fértil. Protegeu os mestres e os médicos, concedeu-lhes o direito de cidadania; nomeou o sábio Varrão chefe das bibliotecas; promulgou um plano de reurbanização de Roma, pretendendo embelezá-la com obras artísticas. Uma das realizações de caráter científico mais duráveis e importantes foi a reforma do calendário (GIORDANI, 2002, p. 59).

Ainda sobre César: “[...] morreu aos 56 anos de idade, considerado como um dos deuses, tanto pelas declarações dos que lhe conferiam a honra, como pela convicção do povo” (SUETÔNIO, 2002, p. 86). No lugar da cremação do seu cadáver, construiu-se um templo dedicado a ele, vez que o Senado o deificou como *Divus Julius*.

Desde sua imolação, nos idos de março de 44 a.C, o nome César converteu-se em nome de todos os imperadores posteriores. Como já foi dito, Caio Otavio, quando se tornou seu filho por testamento, altera seu nome para Caio Júlio César Otaviano. Os imperadores posteriores, até Nero, foram sucessivamente adotados e usavam o nome próprio César.

A partir do imperador Vespasiano, soberano de Roma de 69 a 79 d.C, os imperadores, mesmo sem terem sido adotados, passaram a ostentar o nome César como um título. Esse costume foi seguido até o último imperador do Ocidente, Rômulo Augustúlo, que foi deposto com a queda de Roma, em 4 de setembro de 476, pelos hérulos, liderados por Odoacro.

O cognome César amealhou tanta notoriedade que foi usado pelos imperadores bizantinos do Império Romano do Oriente até a queda de Constantinopla perante os turcos otomanos, em 29 de maio de 1453.

A designação César acumulou tamanho prestígio que evoluiu para sinônimo de imperador em diversos idiomas modernos, principalmente nas línguas germânicas como Cáiser (Kaiser) e nas eslavas como Csar (Tsar ou Tzar).

Desde Otão I, o termo Kaiser designou os imperadores do Sacro Império Romano Germânico (962-1806) que pretendiam ser vistos como continuadores do Império Romano no Ocidente.

Por causa de Napoleão Bonaparte (1769-1821), que também pretendia estabelecer um cesarismo na França, que se designou Imperador dos franceses em 1806, e se fez representar em pinturas como um César, o Sacro Império Romano Germânico acabou.

Napoleão fez Francisco II renunciar ao título Sacro Imperador no mesmo ano em que ele se autoproclamava imperador dos franceses. Foi então que se instituiu o Império da Áustria (1806-1867) e, em seguida, Áustria-Hungria (1867-1918), onde os Imperadores da Casa de Habsburgo também se denominavam Kaiser. Francisco II do Sacro Império passou a ser Francisco I do Império da Áustria, mantendo a denominação Kaiser.

Napoleão, por sua vez, praticou um cesarismo com primor; além do que já foi dito, ressalta-se que levou o Papa Pio VII a Paris, para sua entronização, no que representou praticamente sequestro do pontífice, para assim dar legitimidade sobrenatural ao seu império.

Ainda em busca de legitimidade, repudiou sua primeira esposa Josefina, que não lhe dera herdeiros, e se casou em segundas núpcias com Maria Luísa de Áustria (1791-1847), filha do Francisco II do Sacro Império, que passara a ser Francisco I do Império Austríaco justamente por determinação napoleônica.

No Império alemão, os soberanos da Prússia da Casa de Hohenzollern (1871-1918), os Imperadores, também usavam Kaiser, pois é título que significa imperador.

Tsar passou a título oficial do soberano da Rússia desde 1547 com a proclamação do Grão-Príncipe de Moscou Ivã IV, o Terrível, até 1917, com a

revolução comunista e deposição do último imperador. Desde 1721, graças a Pedro I, o Grande, o título oficial passou a ser o de imperador, mas Tsar seguiu em uso até o último soberano.

Na Itália, durante a Renascença, Rodrigo Bórgia, que veio a ser Papa de 1492 até 1503, sob o nome de Alexandre VI, por causa de sua admiração pelo imperador macedônico Alexandre, o Grande, batizou um dos seus filhos como César por admiração a Júlio César.

Tal César Bórgia, Duque de Valentinois (1475-1507), foi modelo de soberano para Maquiavel, no seu tratado político *O Príncipe*. César Bórgia, ambicioso como o pai e, igualmente megalomaniaco, tinha seu homônimo histórico como inspiração e, em um culto egocêntrico à sua própria personalidade, usava como lema a divisa “*AVT CAESAR AUT NIHIL*”, ou seja, César, ou nada<sup>2</sup>.

O cardeal Juliano della Rovere era um ferrenho inimigo dos Bórgia, mas compartilhava com eles a mesma megalomania e admiração por Júlio César. Juliano também foi Papa e ficou conhecido como o Papa Guerreiro, ou ainda, o Papa Terrível; seu pontificado durou dez anos, de 1503 até 1513 e ele, que já nascera Juliano, como Papa adota o nome Júlio II.

No final do século XVI, William Shakespeare, o maior autor de língua inglesa, tido por muitos como o mais influente dramaturgo da História, faz de Júlio César o protagonista de uma de suas peças: *A Tragédia de Júlio César (The Tragedy of Julius Cæsar)*, mais conhecida simplesmente como *Júlio César (Julius Cæsar)*.

Júlio César fora *Pontifex Maximus* e, posteriormente a ele, todos os imperadores romanos mantiveram esse título religioso, mesmo os imperadores cristãos, desde Constantino Magno. Foi somente o Imperador Graciano que, no século IV, não se considerando digno desse ofício por acreditar que seria uma blasfêmia exercê-lo, recusou-se à função que entendia como idolatria pagã, já que tal sacerdócio existia desde a fundação de Roma em 753 a.C..

---

<sup>2</sup> *AVT CAESAR AUT NIHIL* - Trata-se de um lema de César Bórgia, que obviamente tira partido da igualdade do nome de batismo com a palavra que significa imperador (TOSI, 2000, p. 992).

A partir de 378, o Papa de então, São Damaso I, adotou o título de Pontífice, que fora de César. Hodiernamente, na lista oficial dos títulos do Papa, expressa no Anuário Pontifício publicado pela Santa Sede em Roma, consta, entre outros títulos papais, Sumo Pontífice da Igreja Universal.

Após essa breve digressão sobre mais de dois mil anos de herança cesarista, fica fácil perceber o quão iludidos estavam os republicanos romanos que acreditaram que bastava assassinar o ditador para restaurar a República. Como se fosse uma tarefa possível matar um imortal e ressuscitar o cadáver da República.

Esses conservadores não imaginaram nem mesmo a reação adversa que se seguiu imediatamente. Eles se consideravam heróis e paladinos da ética romana ancestral. O que eles não puderam perceber, no calor dos fatos, é o que tão bem o ganhador do prêmio Nobel Theodor Mommsen<sup>3</sup>, na obra *História de Roma*, descreve dois milênios depois:

Tal era esse homem único que parece tão fácil e que, no entanto, é tão difícil de descrever. Sua natureza toda é de uma clareza transparente, e a tradição conservou-nos sobre ele pormenores mais abundantes e mais vivos do que sobre qualquer herói do mundo antigo. A idéia que podemos fazer de tal homem pode variar, será talvez mais ou menos oca ou profunda, mas não pode sofrer diferença sensível; para qualquer espírito não totalmente pervertido, sua grande figura apresenta-se com os mesmos traços essenciais, e, no entanto, ninguém conseguiu torná-la viva. O segredo está justamente nessa perfeição. (...) César é o homem inteiro e perfeito (MOMMSEN, 1962, p. 301). Trabalhou e criou como jamais outro mortal o fez, e, como operário e criador, após vinte séculos, ficou na imaginação dos povos, como o primeiro, o único, o imperador César (MOMMSEN, 1962, p. 324).

## 2. FORMAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL

Analisemos, portanto, porque Pedro I, quando proclamou a independência do Brasil, em 1822, preferiu se intitular imperador ao invés de rei. Fato notável, pois era de uma família da realeza europeia e não abdicara de seu *status* de

---

<sup>3</sup> Theodor Mommsen (1817-1903), historiador e filósofo alemão, renovou, pelos seus estudos de epigrafia, o estudo do mundo latino e de sua antiguidade (LELLO, 1954, p. 270).

herdeiro do trono português, tendo se tornado posteriormente rei de Portugal, como Pedro IV.

Suas ambições cesaristas se traduzem igualmente por seus dois matrimônios, sempre com esposas de casas imperiais: Pedro I, em primeiras núpcias, casara com Maria Leopoldina, filha do Imperador Francisco I da Áustria (Francisco II do Sacro Império) e irmã de Maria Luiza, imperatriz dos franceses como segunda esposa de Napoleão; quando já era imperador do Brasil, Pedro I se casou em segundas núpcias com Amélia de Leuchtenberg, neta Josefina de Beauharnais, imperatriz dos franceses como primeira esposa de Napoleão.

No artigo “Rio Roma Americana”, Ronaldo Rebello de Britto Poletti faz algumas reflexões relevantes sobre a formação do nosso império nacional nos moldes do Império Romano, lembrando que:

José da Silva Lisboa, em discurso pronunciado, no dia 27 de agosto de 1823, na Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, atinente à instituição dos cursos jurídicos, alude à “Roma Americana”, referindo-se ao Rio de Janeiro e à criação dos estudos jurídicos. Foram suas palavras: “Importa pois, que os que devem influir nas classes menos instruídas, vehão fazer estudos, e firmar o espírito do nosso systema na Roma Americana.” (POLETTI, Rio Roma Americana).

No mesmo artigo, Poletti discorre sobre a visão de Pierangelo Catalano, intelectual europeu, sobre o mesmo tema:

Na opinião do romanista Pierangelo Catalano, da Universidade de Roma La Sapienza, a expressão usada pelo futuro Visconde de Cairu, é um conceito jurídico conexo àquele cristão de Império universal, tratando-se de uma teoria jurídico-religiosa vinculada a um vaticínio político a concretizar-se no Império do Brasil, tanto no título de “Imperador do Ocidente”, quanto na “Sede Imperial” no Ocidente. O único império, no sentido cristão (ortodoxo) era, naquele contexto, o Império russo, com a capital em Moscou, a Terceira Roma (POLETTI, Rio Roma Americana).

Ainda no mesmo texto, Poletti alerta que “a palavra império, na sua pureza histórica e etimológica, há de ser empregada à Roma e não se confunde com imperialismo” (POLETTI, Rio Roma Americana).



Dom Pedro I, em 1808, faz a travessia entre Portugal e Brasil ainda criança, tinha então 9 anos de idade, acompanhando seu pai, futuro D. João VI de Portugal, e toda a corte lusitana, em decorrência das guerras napoleônicas. Pela primeira vez na história, uma corte europeia instala a sede de seu Império fora da Europa.

No imaginário de uma criança da realeza, de 9 anos, o efeito dessa escapada evidentemente foi marcante, e pode ter feito aflorar a ideia de sonhos aventurecos e épicos de um Novo Império.

Afinal, conta-se que o jovem príncipe herdeiro “foi educado por frei Antônio Arrábida, que foi capaz de incutir-lhe o gosto por Virgílio no original” (VAINFAS, 2002, p.194).

E: “Frei Arrábida, o bibliotecário de Mafra, passa o tempo ensinando ao jovem herdeiro trechos da Eneida, ilustrando suas aulas com paralelos traçados entre a epopéia de Virgílio e a viagem de D. João para as Américas” (Wilcken, 2005, p. 52).

Na chegada, desembarcou na Bahia, “onde ficou mais de um mês e conviveu com José da Silva Lisboa (Cairu), que vai usar a expressão significativa de “Roma Americana”, aplicando-a ao Rio de Janeiro” (POLETTI, Otaviano Augusto. O Imperium Populi. O Império do Brasil).

As evidências da fixação de Dom Pedro com o modelo imperial, vão se acumulado durante sua vida pública, semanas antes da independência do Brasil, na loja maçônica da qual era membro, ao ter de escolher um codinome optou por “Guatimozin, variação de Cuauhtémoc, derradeiro imperador asteca do México” (VAINFAS, 2002, p.196).

Ao proclamar a independência e se tornar imperador ao invés de rei, somam-se outras características que demonstram que a concepção de Império que Dom Pedro idealizava era romana, pois “junto com a idéia de Império havia-se providenciado a audiência e a participação das Câmaras municipais para a aclamação pelo povo do Imperador” (POLETTI, Otaviano Augusto. O Imperium Populi. O Império do Brasil).

Ademais, “no cortejo da coroação, três homens precederam a carruagem imperial, um índio, um mulato e um negro, enquanto três brancos estavam no estribo” (POLETTI, Otaviano Augusto. O Imperium Populi. O Império do Brasil).

O futuro Imperador vai substituir na cerimônia o arminho do manto real por uma esplêndida murça de papos de tucano, honrando a terra. Estavam, portanto, presentes, dois elementos do Império: a investidura popular, a plurietnia (...)  
Os títulos nobiliárquicos, que cria, são inspirados nos topônimos tupis: barão de Itamaracá, marquês de Maricá, visconde de Araguaia, visconde de Inhomirim, marquês de Sapucaí, barão de Paranapiacaba (POLETTI, Otaviano Augusto. O Imperium Populi. O Império do Brasil).

Dom Pedro I poderia ter se tornado rei se quisesse. Como se disse, era descendente das principais casas reais europeias, tendo como ancestrais imperadores do Império Romano do Oriente e do Sacro Império Romano Germânico, além de reis de várias nações, santos e papas; foi inclusive cogitado e convidado para ser Rei da Grécia, e também, em outra ocasião, Rei da Espanha.

Os gregos, que em 1821 se libertavam do domínio turco, depois de 350 anos, não tinham mais, depois de quase quatro séculos, casas reais descendentes das dinastias cristãs do Império Romano do Oriente (Dinastia Comnena e Dinastia Paleóloga), buscaram um soberano estrangeiro para reinar no recém criado Reino da Grécia e convidaram D. Pedro.

Entretanto, D. Pedro, que na ocasião acabara de perder o título de Príncipe Regente do Brasil, por decreto de João VI, pressionado pela nobreza portuguesa, que exigia que o Brasil voltasse à condição de colônia e que o príncipe voltasse a Portugal (COSTA, Sérgio Corrêa da, 1995, p.171) não aceitou.

Dom Pedro recusou a proposta porque já havia solenemente se comprometido com os brasileiros a ficar no Brasil. Explica-se que a oferta grega chegou depois do Dia do Fico (COSTA, Sérgio Corrêa da, 1995, p.173).

No que tange à coroa de Espanha, a ocasião se apresentou pela primeira vez em 1826, quando Dom Pedro I já era imperador do Brasil, e mais uma vez ele recusou, preferindo governar a Roma Americana.

Como Dom Pedro era sobrinho de Fernando VII, Rei da Espanha, por parte de sua mãe, Carlota Joaquina, irmã do monarca espanhol, foi convidado pelos espanhóis. Esperava-se, assim, resolver a grave crise que se instaurara na

nação desde o fim da ocupação napoleônica e restauração da dinastia Bourbon (COSTA, Sérgio Corrêa da, 1995, p.193)

Outra oportunidade de se tornar Rei da Espanha surgiu em 1830, quando Dom Pedro já era Rei de Portugal como D. Pedro IV. Os espanhóis ofereceram o título de Imperador da Ibéria, que resultaria da unificação da Espanha com Portugal. Desta vez não era uma coroa real que os espanhóis ofereceram, mas uma coroa imperial, de um novo império, o que para o cesarista Dom Pedro foi irresistível, e ele aceitou. Cogita-se se a abdicação de Pedro I no Brasil resultou do fato de ter aceitado a oferta e ter de partir do Rio de Janeiro para defender seus interesses imperiais na Europa (COSTA, Sérgio Corrêa da, 1995, p.199).

Por fim, apresenta-se aqui o que se considera o principal argumento do cesarismo de Dom Pedro I, ou seja, a primeira Constituição brasileira por ele outorgada em de 25 de março de 1824, que comunga com o Direito Romano a partir de seu preâmbulo:

Diz o preâmbulo:

“Dom Pedro Primeiro, por Graça de Deus, e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brasil: fazemos saber, a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição, que havíamos oferecido às suas observações para serem depois presentes à nova Assembléia Constituinte; mostrando o grande desejo, que tinham, de que ele se observasse já como Constituição do Império, por lhes merecer mais plena aprovação, e dele esperassem...”

Duas idéias merecem destaque no texto transcrito: a referência ao título de Defensor do Brasil e a origem popular do poder do imperador, ambas a lembrarem o tribunate e a Lex de Imperio. (POLETTI, Otaviano Augusto. O Imperium Populi. O Império do Brasil).

Por tudo que se expos, pode-se afirmar sem temor de arbitrariedade que o Império do Brasil foi moldado por Dom Pedro I a partir de uma concepção cesarista.

## REFERÊNCIAS

CORNELL, Tim; MATTHEWS, John. **A Civilização Romana**. Tradução Carlos Nougé. Barcelona: Folio, 2005.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **As quatro coroas de D. Pedro I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LELLO, José; LELLO, Edgar. *Lello Universal*. **Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro**. Porto: Lello & Irmão, 1954. 4v.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **Considerações sobre as Causas da Grandeza dos Romanos e de Sua Decadência**. Tradução Vera Ribeiro. São Paulo: Contraponto, 2002.

MOMMSEN, Theodor. **História de Roma**. Tradução Antônio Olinto. Rio de Janeiro: Delta, 1962.

POLETTI, Ronaldo. **Rio Roma Americana**. Disponível em: <<http://www.vrbs.org/novapagina/publicacoesnp2-textosemgeral-poletti42.htm>>. Acesso em: 23 out. 2008.

\_\_\_\_\_. *Otaviano Augusto*. O Imperium Populi. **O Império do Brasil**. Disponível em: <<http://www.panoptica.org/seer/index.php/op/article/view/106>>.

Acesso em: 3 mar. 2016.

VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

WILCKEN, Patrick. **Império à Deriva**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.